



## A EDUCAÇÃO SOCIAL E AS FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS: REFLEXÕES SOBRE UM TRAJETO ESTIMULADO

Mariana Almeida<sup>1</sup>

1 Técnica Superior de Educação Social  
almariana0@hotmail.com

Marta Ferreira<sup>2</sup>

2 Técnica Superior de Educação Social  
martapereiraferreira@gmail.com

Pâmela Souza<sup>3</sup>

3 Técnica Superior de Educação Social  
p.saraivans@gmail.com

Carla Serrão<sup>4</sup>

4 Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto  
InEd/ESE  
carlaserrao@ese.ipp.pt

### Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a intervenção junto de famílias multidesafiadas. Para tal e à luz dos princípios que orientam a Educação Social, enfatiza-se a valorização das potencialidades familiares e a capacidade que as famílias detêm para superarem autonomamente as crises quotidianas. Assumindo o papel de catalisador da mudança, o profissional de Educação Social deve privilegiar uma perspetiva sistémica de análise e compreensão da realidade das famílias, evitando o equívoco de lançar um olhar unificado sobre a complexa teia familiar.

**Palavras-chave:** Família Multidesafiada, Intervenção Familiar, Educação Social

## Introdução

Famílias multiproblemáticas, famílias desmembradas, famílias disfuncionais, famílias multistressadas, são algumas das designações que permitem perceber um olhar que perpetua as falhas, as vulnerabilidades, as desgraças, auto-confirmando profecias. Esta história ainda recente de denominações ata a intervenção a uma contaminação tóxica e de sobrevalorização dos problemas, impedindo, embora não intencionalmente, a curiosidade e neutralidade ativa, ingredientes fundamentais na catalização da mudança por parte dos profissionais com vista à abertura das possibilidades de autonomia das famílias.

A recente mas ainda pouco apropriada denominação de famílias multidesafiadas (Summers, McMann & Fuger, 1997) constitui um renovado e poderosíssimo sistema linguístico que abre portas a novas histórias onde a "culpa morreu solteira", impedindo a sua fixação, direcionadas para as possibilidades, para objetivos, para a responsabilidade e para a colaboração.

Neste sentido, acreditamos que urge refletir sobre formas alternativas e úteis de intervenção sócio familiar enquadradas numa perspetiva sistémica construcionista, onde o profissional de Educação Social terá de desenvolver a habilidade de observar, comunicar e inteagir com os sistemas.

Uma intervenção libertadora que para além de valorizar as competências familiares, contribui para a responsabilização e para a autonomização dos membros na transformação da sua própria realidade (Costa, & Brandão, 2005; Freire, 1979;), constitui parte desse olhar.

Sendo a Educação Social uma profissão recente, marcada por alguma "ambiguidade no que diz respeito à afirmação de uma identidade profissional" consolidada (Carvalho, & Baptista, 2004, p. 83), torna-se essencial espelhar um conjunto de estratégias que se mostram indispensáveis a uma intervenção adequada e útil, que sustenta um processo de construção da identidade desta profissão, bem como, das formas de atuação do Educador Social.

## Uma lente sistémica no conhecimento das famílias

Segundo a perspetiva sistémica, um sistema é "um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento" (Sampaio, 1985, citado por Alarcão, 2000, p. 37); "um conjunto de objectos e das relações destes objectos e seus atributos" (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1993, citado por Alarcão, 2000, p.38), sendo os

objetos as pessoas, que são partes do sistema, e as propriedades, as suas características. Para tal, é fundamental compreender as suas interações com vista a perceber-se a coesão e todo o funcionamento do grupo. Deve-se, portanto, olhar para os elementos como "pessoas-comunicando-com-outras-pessoas" (Alarcão, 2000, p.38).

Todos os sistemas são complexos, marcados por várias conexões e padrões que os distinguem dos restantes, existindo limites/fronteiras que permitem uma organização hierarquizada entre sistemas e supra-sistemas. Esta perspetiva permite-nos olhar para a realidade de uma forma mais atenta e abrangente, tendo em conta, o todo, as partes e a relação entre estas, deixando de lado o pensamento "causa-efeito" e a postura resignada e satisfeita com aquilo que é aparentemente visível (Alarcão, 2000).

A família comporta uma identidade individual e grupal, relacionada com os diferentes papéis (pai, mãe, irmão, filho, nora...) que cada integrante assume e desempenha de acordo com o contexto em que se insere. Os papéis traduzem-se em diferentes funções e estatutos dentro da família, que por vezes são difíceis de gerir e acabam por entrar em confronto (Relvas, 1996).

Para a compreensão dos sistemas familiares, é necessário a análise de quatro componentes, nomeadamente: a estrutura, as interações, as funções e o ciclo vital da família (e.g., Turnbull, Summers, & Brotherson, 1986; Turnbull, 1990, citados por Pimentel, 2005).

A análise da estrutura familiar permite-nos perceber a composição e tamanho do grupo e a "rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem", assim como os sub-sistemas que integram determinado sistema familiar (Minuchin, 1978, citado por Alarcão, 2000, p.52). Numa família nuclear podemos, por exemplo, identificar: o sub-sistema conjugal, composto pelo casal, onde cada elemento assume uma função de complementaridade e adaptação recíproca, mantendo sempre que possível a sua zona de individualidade; o sub-sistema parental, composto pelos mesmos adultos, que agora assumem uma função executiva, educativa e de protecção dos seus filhos, onde existem processos de negociação, e onde os mais novos aprendem a lidar com o conflito; o sub-sistema fraternal composto pelos irmãos, que experimentam agora papéis diferentes fora da família, na escola, no grupo de pares, aprendendo a lidar com a competição, com o apoio mútuo e o conflito. Como podemos perceber, as mesmas pessoas podem pertencer a sub-sistemas diferentes e a estrutura familiar pode variar ao longo do seu ciclo de vida, tudo isto torna fundamental a definição de fronteiras. Estes limites visam, claramente, proteger a diferenciação do sistema

e dos seus membros, para que a sua organização se mantenha e não haja uma confusão de funções e papéis por parte dos indivíduos. Isto faz com que se tenha uma especial atenção, quando se está a conhecer uma família, à hierarquia, ao poder, às coligações e alianças que possam existir (Alarcão, 2000).

Quanto às interações, estas são regidas principalmente pela coesão, pela adaptabilidade e pela comunicação. A coesão constitui a força da relação entre os vários elementos, que pode variar entre a proximidade e o distanciamento (Pimentel, 2005). A adaptabilidade refere-se às ferramentas e competências de cada sujeito desse sistema para lidar com as crises. Por fim mas não menos importante é a compreensão dos processos comunicacionais, digitais e analógicos, que se operam nesse sistema. A comunicação é o processo central da relação, ou seja, é a partir desta que a relação se constrói. A partir destas leituras é possível perceber a interação familiar e os padrões de comportamento que este sistema mostra (Pimentel, 2005).

É de salientar ainda que as interações não acontecem apenas dentro do sistema familiar, pois este microssistema está em contacto permanente com outros sistemas (comunidade, escola, emprego, hospital, rua...). Assim, mesmo que o sistema familiar se pautar por um quadro valorativo específico, por características próprias e crenças particulares, é influenciado e condicionado pelo contexto histórico, social e cultural.

Dadas as trocas que estabelece com o exterior, a família é um sistema aberto que influencia e é influenciado, num processo de co construção e desenvolvimento. No entanto, a família é sempre autónoma na gestão da informação que recebe, criando as suas próprias determinações e finalidades e integrando a nova informação. Esta, de uma forma autónoma e espontânea, decide modificar ou não a sua estrutura, para que possa responder de melhor forma às suas necessidades (Alarcão, 2000).

Quanto às funções familiares, estas variam em função da importância e do tempo que a família lhes atribui, sendo que são frequentemente afetadas e alteradas em sequência de momentos de crise normativos ou acidentais que aniquilam os padrões existentes (homeostase), exigindo uma adaptação e ajustamento, ou seja, o desempenho de novas funções e tarefas (Pimentel, 2005).

Outro componente importante para a compreensão do sistema familiar refere-se à fase do ciclo vital em que a mesma se encontra, isto é, ao "conjunto de mudanças que, ao longo do tempo, ocorrem na família e nos seus membros" (Crowell, & Cortland, 1997, citados por Pimentel, 2005). Perceber que os desafios que se colocam à fase de formação de casal são diferentes dos

desafios que se colocam a uma família com filhos na escola, ou com filhos adolescentes (Relvas, 2000), pois em cada um destes momentos ocorrem situações que exigem a alteração das rotinas e padrões individuais. Por conseguinte, a estrutura, as funções e as interações vão se alterando, para que a família se adapte às exigências das diversas fases do desenvolvimento, assim como às mudanças que decorrem da socialização, com o fim de assegurar a continuidade e o crescimento dos seus membros de uma forma saudável.

O foco na mudança e não-mudança é bastante importante, na medida em que exige maior atenção aos vários momentos processuais em que a família se vai desenvolvendo. É inevitável perceber-se que todos os sistemas passam por períodos de estabilidade e de mudança, sendo que estes últimos acontecem devido aos desafios normativos ou não normativos que surgem e que provocam momentos de maior fragilidade e stress. Encará-los como uma oportunidade de transformação é auxiliar as famílias a crescerem na sua espiral desenvolvimental (Relvas, 2000).

Em suma, entender toda esta complexidade é olhar para a família como um sistema que cria, através de interações, algo único que não se restringe à soma das pessoas que a compõem e que exige a análise do momento e da história individual e familiar (Relvas, 2000).

### **Conhecendo as famílias multidesafiadas**

Como já dado a entender, a família não constitui uma entidade homogénea, é sim um sistema inigualável, detentor da sua própria identidade e estrutura (Reis, 2004). Segundo Ferreira (2011), se nos reportarmos às últimas décadas, a sociedade moderna proporcionou alterações profundas nos modelos familiares. A título de exemplo, a autora salienta a questão da relativização dos vínculos familiares vigentes, o divórcio, a reconstituição, entre outros. Gradualmente, assiste-se a uma prevalência de "modelos diferentes de convivência familiar, com correspondentes mudanças nas dinâmicas familiares: situações de vida familiar e de conjugalidade" (p. 14).

Retomando uma das ideias anteriores, no seu percurso desenvolvimental, qualquer família precisa dos seus momentos e espaços de adaptação, dadas as sucessivas mudanças que ocorrem ao longo do seu ciclo vital. Contudo e no caso das famílias multidesafiadas (Summers, McMann, & Fuger, 1997), este processo de adaptação evidencia-se, como o próprio nome indica, desafiante (Varanda, 2011). Esta designação, ao contrário de outras, como por exemplo: "famílias multiproblemáticas", "excluídas", cronicamente disfuncionais", coloca ênfase nas potencialidades e recursos destas famílias. A preo-

cupação dos autores em reconstruir conceitos e percepções que melhor retratam as famílias com as quais se intervém no âmbito psicossocial e comunitário, demonstra, como referem Alto (2010) e Dinis (2011), uma maior valorização do papel ativo e dinâmico das famílias perante os múltiplos desafios ou necessidades de mudança que enfrentam ao longo da sua vida e no contexto onde se inserem.

Para Alarcão (2000, p.315), estas famílias não se definem “pela presença de um sintoma preciso mas, antes, por uma forma de estar e de relacionar-se”. Caracterizadas ainda por uma diversidade de desafios que afetam um número indefinido de elementos, “em margens qualitativa e quantitativamente muito amplas” (Linares, 1997, citado por Alarcão, 2000, p.315), as famílias multidesafiadas estão mais vulneráveis à desorganização e ao caos. Esta particularidade comum e facilmente observável resulta numa comunicação também ela desorganizada e caótica, focada nas vivências emocionais e resistente ao distanciamento e reflexão ponderada sobre as ocorrências. A fragilidade de ação e a baixa autonomização na resposta aos desafios exterioriza-se, segundo Sousa (2005) numa “elevada intolerância à frustração e à incapacidade de negociação” (p.13).

Da multiplicidade de desafios, emerge a necessidade de uma assistência regular por parte de uma variedade de serviços que visam orientar na minimização ou resolução dos mesmos. Consequentemente e de acordo com Alarcão (2000), esta realidade pode conduzir à criação de uma relação de dependência crónica (recíproca) entre as famílias e os serviços e/ou profissionais externos.

Outras características são atribuídas frequentemente às famílias multidesafiadas: desafios múltiplos e de longa duração, sentimento de crise crónico, desespero aprendido (Summers et al., 1997).

Ferreira (2008) acrescenta que estas famílias se caracterizam pela desorganização, instabilidade na estrutura e nas relações, isolamento social e estilos parentais permissivos ou autoritários. A questão da frágil assistência aos filhos no que respeita à capacidade de dar resposta às suas necessidades, é frequentemente associada a estas famílias também, podendo inclusivamente resultar em situações de maus tratos ou negligência. Segundo a autora, os fatores contextuais, ou melhor dizendo, fatores relativos aos diversos sistemas que envolvem as famílias, têm uma influência determinante na estrutura das mesmas, podendo mesmo potenciar situações deste tipo.

Contudo, e apesar dos esforços para fazer um retrato destas famílias, seria desastroso para a intervenção traçar-se um perfil deste tipo de sistema, pois atentaria-

mos contra a ideia de complexidade, heterogeneidade e realidade de cada uma destas famílias. Apesar desta ressalva, narrativa comum na frase “cada caso é um caso”, frequentemente, a intervenção social pauta-se por percepções e posturas que têm um duplo valor: por um lado, intervém-se com as mesmas mãos independentemente das obras, e por outro lado, desacredita-se na mudança.

Madsen (2009) reforça que a “ilusão da não mudança”, para os profissionais psicossociais, advém de esperar uma mudança em concreto, o que torna difícil estar atento a outras transformações. Todavia, e apesar das crises vivenciadas pelas famílias, estas vão conseguindo, por si mesmas, superar desafios, potencial este que não deve escapar aos profissionais. A este respeito Alarcão (2000) acrescenta que as famílias têm recursos e competências que interessa mobilizar e ativar no âmbito da sua própria intervenção. Refere ainda que o ecossistema das mesmas, correspondente à comunidade de vizinhos, conhecidos, amigos, instituições, entre outras, pode criar mecanismos compensatórios que surgem como potenciais recursos a aliar à intervenção. Obviamente que estes recursos devem ser aproveitados, pelos profissionais, para despertar e alargar as competências familiares. Como refere Linares (1997, citado por Alarcão, 2000, p.321), estas famílias retratam “o paradoxo de que as mais deterioradas condições de vida podem, quase simultaneamente, ter efeitos destrutivos ou inócuos para quem a eles está submetido”. Neste sentido, importa problematizar o conteúdo desta afirmação, refletindo sobre a intencionalidade de uma intervenção que, ainda que complexa, se pretende consistente e equilibrada.

### **A caminho de uma intervenção familiar libertadora junto das famílias multidesafiadas**

Num contexto de profundas transformações socioeconómicas e políticas ocorridas nas últimas décadas (Dinis, 2011), é possível verificar alterações quanto à forma de perspetivar e operacionalizar a intervenção familiar. A mudança de terminologias, a par da compreensão das limitações da intervenção familiar tradicional focada nos problemas, são esforços a pontuar.

O exercício da Educação Social deve assim distanciar-se de uma perspetiva tradicional de entendimento das famílias como “recipientes vazios”, sem competências e conhecimento de si” (Alto, 2010, p.4).

Segundo a abordagem tradicional, os problemas são fatos reais, consequentes de um sistema deficitário, sobre os quais a intervenção age no sentido da cura e da compensação das fragilidades da família. Este obje-

tivo é conseguido mediante a identificação das causas subjacentes à disfunção, e da procura de uma única solução que elimina essas mesmas causas (Alto, 2010). Nesta convicção, o profissional, numa leitura linear de uma realidade complexa, desenvolve um papel de "Expert Familiar". Paradoxalmente, retira à família a iniciativa, o poder e a vontade de mudança ou não-mudança. Isto é, decide, com pouca legitimidade, mas cheio de boas intenções, qual o caminho a fazer, quais as mudanças a introduzir e como cada um deve remediar a sua própria vida (Serrão, no prelo).

A longo prazo, esta abordagem compensatória dos problemas da família torna-se pouco eficaz, produzindo uma elevada frustração no profissional e uma diversidade de consequências pouco positivas na família. O profissional, ao assumir-se como protagonista de poder em relação à família, está seguramente a dificultar o processo interventivo e a cristalizar, ainda que involuntária e inconscientemente, o conflito e a dependência dos serviços por parte das famílias. A "escalada simétrica" (Sousa, 2004, citado por Alto, 2010, p. 5) e o processo de "diluição familiar" (Colapinto, 1995, citado por Alto, 2010, p. 5) ilustram essa realidade. O primeiro processo sugere uma relação em que o profissional detém um papel rígido de cuidador, enquanto a família detém um papel de quem recebe os cuidados sem questionar ou solicitar informações. Este processo relacional, quando excessivo pode levar a família ao incumprimento da "instrução" (porque não quer, não compreende ou não lhe faz sentido); pode torná-la desafiadora, levantando questões ou exigindo explicações, e a sentir-se julgada e, por sua vez, resistente. Já a diluição familiar retrata uma outra realidade, em que a família aceita o parecer e as "ordens do técnico", e começa a pôr em causa as suas potencialidades, a tornar-se apática ou totalmente dependente de assistência (Serrão, no prelo). Conforme enquadrado pela Teoria Geral dos Sistemas, esta situação pode afetar os níveis de confiança da unidade intervencionada e a sua capacidade natural para encontrar possíveis soluções, em caso de insucesso das ações aplicadas (Alto, 2010).

Sousa (2005, p.85) refere que, no caso particular das famílias multidesafiadas, a intervenção mais comum orienta-se no sentido de "remediar situações pontuais". Afirma que a par desta ação assistencialista, os profissionais têm muita dificuldade em reconhecer competências e potencialidades das famílias.

Este assistencialismo, como uma forma de relação material, afetiva e/ou emocional "inviabiliza a emergência do sujeito como ator social, a potencialização das suas próprias capacidades de refletir sobre o social e de transformar sua realidade" (Costa, & Brandão, 2005, p.38). Não estimula as famílias a exercer um papel ativo na re-

solução dos desafios com que se deparam (Minuchin et al., 1999, citado por Costa, & Brandão, 2005). Torna-se portanto, essencial, refletir sobre uma intervenção que se pretende menos assistencialista e mais libertadora, em que os membros da família desenvolvem competências e mecanismos próprios e conscientes para a sua constante superação, sem que permaneçam dependentes da intervenção desenvolvida. "Uma intervenção bem-feita, é aquela que se torna dispensável" (Costa, & Brandão, 2005, p.38), e para tal é essencial pôr em marcha a construção de uma aliança, onde a negociação e a colaboração entre os sistemas – familiar e profissional – são ingredientes fundamentais no processo de mudança e transformação.

Valorizar uma intervenção focalizada nas competências das famílias e na busca de autonomia pelos membros que as constituem, é uma estratégia de capacitação das famílias, uma vez que são as entidades mais aptas a definir e a compreender as suas necessidades, a atualizar os seus recursos, a liderar o seu desenvolvimento, "partilhando o saber-fazer com os outros e gerindo os recursos de suporte da comunidade" (Sousa, 2005, p.103). Nesta abordagem, as famílias têm o poder de decidir a mudança em si mesmas e os interventores, enquanto elementos ativos e em constante relação com as famílias, funcionam como catalisadores de mudança. Pretende-se, assim, aliar as competências da família e as competências dos profissionais, numa ação co-construída, "onde a família e interventor, num só sistema, co-criam novas soluções" (Andersen, 1995, citado por Alto, 2010, p. 14).

### **A educação social rumo à libertação familiar**

Não obstante a complexidade identitária da Educação Social, marcada pela polivalência dos profissionais, pelo pluralismo de funções e pela diversidade de contextos de atuação, não é escusado reforçar que em toda a intervenção impera uma intencionalidade. Seja na esfera individual ou coletiva, a Educação Social está comprometida com o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, com o bem-estar e o amadurecimento social e com a qualidade de vida (Caride, 2003). O seu exercício pauta-se pelo reconhecimento e valorização dos indivíduos, como protagonistas dos seus próprios projetos de vida, apropriados de um papel ativo durante todo o processo (Carvalho, & Baptista, 2004).

Naturalmente, os pressupostos e os pontos de referência da Educação Social elaboram e inscrevem-se num quadro particular de ação/intervenção, balizado por princípios que permitem traçar algumas diferenças entre a intervenção tradicionalmente efetuada junto de famílias multidesafiadas e o trabalho dos Educadores Sociais à

luz da sua natureza e especificidade profissional. Mais do que debruçar-se sobre a adaptação e ajuste da família à sociedade, nos domínios económicos, institucionais e burocráticos/legais, tradicionalmente praticada no sentido do combate à pobreza, como a melhoria da situação habitacional, emprego, saúde, apoios pontuais, é responsabilidade do profissional apelar e valorizar os aspetos ligados ao âmbito das relações, funcionamento, organização/fortalecimento dos laços familiares e sociais, empoderamento e autonomia dos membros (Ferreira, 2011). Pautado pelos contributos da perspetiva sistémica, o processo interventivo não se cingirá apenas sobre um elemento ou sobre o único sintoma apresentado pela família, mas atenderá ao todo globalizante que a envolve.

Assim, em toda a intervenção, e como salientado anteriormente, considerando a idiosincrasia de cada família, é imprescindível estar atento à estrutura e forma de organização, às dinâmicas interpessoais, às relações de poder e conflitualidade no sistema familiar, às suas dificuldades e potencialidades, às redes de apoio formal e informal, aos modelos de comunicação, aos limites estabelecidos entre os subsistemas e a todos os outros aspetos essenciais para o melhor conhecimento, compreensão e análise do sistema e dos seus subsistemas (e.g., Bertão, Ferreira, & Santos, 1999; Ferreira, 2011).

Atendendo ao entorpecimento dos sentimentos de incapacidade, auto desvalorização e descrença desenvolvidos por estas famílias, devido à multiplicidade de problemas que enfrentam e, conseqüentemente, desafiando-as a um esforço por resolvê-los (Sousa, 2007, citado por Ferreira, 2011), cabe aos Educadores Sociais, lançar um olhar reflexivo, problematizador, amparado também por uma capacidade empática de compreensão, pela humildade e entrega para o alcance do sucesso do seu trabalho.

Para que se promova um verdadeiro processo de intervenção, devemos dar voz a todos os membros constituintes da família, de modo a obterem-se diferentes visões e a articular os significados que emergem para não se cair no equívoco de unificar a realidade que, por si só, já se apresenta tão complexa. É necessário perceber o que é verdadeiramente importante para a família enquanto um todo e, de igual forma, o que é relevante para as partes que a constituem. Sendo a metodologia privilegiada pela Educação Social a Investigação-Ação-Participativa (IAP), exalta-se, então, a cooperação entre o profissional e a família, assente no diálogo, numa relação interativa, que recupera a presença dos membros como parceiros ativos nesse processo de procura de soluções para as questões em que está envolvido (Lima, 2003). Portanto, os objetivos e as prioridades devem ser delineados pelos sujeitos.

Junto das famílias multidesafiadas, as estratégias psicossociais podem ser variadas, não se pretendendo, como defende Ferreira (2011, p.22), "famílias perfeitas, mas famílias suficientemente boas para que consigam reconhecer as suas competências e utilizá-las para modificarem o seu comportamento, promovendo a resolução dos seus problemas". Uma família competente consegue mobilizar comportamentos adequados à resolução das tarefas quotidianas e dos problemas com os quais se depara. O Educador Social pode, então, proporcionar as ferramentas necessárias para que seja efetivo o reconhecimento destas capacidades e, inclusivamente, potenciar a aquisição de novas aptidões, favorecendo o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança, do autoconhecimento, das relações familiares e sociais, dotando de estratégias que permitam a superação e a resolução das crises que provocam o bloqueio das competências (Ferreira, 2011). Do mesmo modo, torna-se fundamental um trabalho orientado para a aprendizagem de novos comportamentos que favoreçam o processo de mudança e desenvolvimento da família. Este trabalho pode irromper numa relação de ajuda com o objetivo de apoiar as pessoas em conjunturas de maior fragilidade, procurando criar no outro condições para que ele possa estar consciente da situação em que se encontra e construir formas alternativas para ultrapassar os obstáculos e lidar com as suas dificuldades (Timóteo, 2010).

Considerando que as famílias multidesafiadas são vulgarmente multiassistidas, exige-se um trabalho em rede articulado, onde sejam claras as funções e papéis de cada um dos interventores sociais. Caso contrário as ações desenvolvidas constituirão somente fragmentos de atuação e muitas vezes sobreposições. Perceber o que já foi feito e os impactos dessas atuações, assim como o que ainda não foi experimentado e vivenciado, poderá ser o primeiro momento de reflexão em equipa. Além disso, a compreensão dos sentires e dos olhares do sistema sobre a sua realidade, são fatores essenciais para desenhar a intervenção.

O Educador Social pode, então, promover uma ação concertada com e entre os diferentes profissionais, através do estabelecimento de pontes de encontro e de uma comunicação mais clara e efetiva entre eles, numa lógica de parceria, favorecendo a coordenação comum do trabalho e evitando sobreposições na intervenção.

Na ótica de Carvalho e Baptista (2004), o trabalho em rede, rege-se por uma visão integradora, onde a intervenção é planeada de forma estratégica, permitindo "coordenar a participação de diferentes intervenientes, globalizar a ação e racionalizar recursos" (p.71). Assim, todos os profissionais e organizações que estão ao dis-

por da família, envolvem-se com a mesma e caminham conjuntamente num único sentido global – o bem-estar da família – articulando projetos, partilhando informações refletidas, coordenando atividades e concertando condutas, sem deixar de abraçar a participação dos próprios sujeitos. Desta forma, pode-se afirmar que estes procedimentos são impulsionadores da criação de modelos de ação cada vez mais ajustados à realidade e contexto familiar (Carvalho, & Baptista, 2004).

Apesar de ser imprescindível a estreita colaboração entre profissionais/ organizações, esta estratégia parece não ser suficiente no que diz respeito a uma intervenção eficaz e adequada com as famílias expostas a múltiplos desafios quotidianos. É também fundamental uma (re)ativação das suas redes sociais, mobilizando as interações e a rede natural de contatos que poderão contribuir para a construção de identidades, para o desenvolvimento, para a mudança individual e familiar, e para a resolução de crises na família (Costa, & Brandão, 2005). Segundo Sluzki (1997), a rede pessoal social diz respeito ao conjunto de pessoas que o indivíduo entende ou sente como significativas, dentro ou fora do seu meio relacional, capazes de disponibilizar uma ajuda ou apoio tão reais como duradouros ao sujeito e/ou à família. Estas relações contribuem para o reconhecimento do sujeito enquanto pessoa, bem como para a construção da sua autoimagem (Sluzki, 1997).

Partilhamos a perspetiva de Costa e Brandão (2005) quando indicam que um profissional que pensa «em rede», repensa "a relação que se estabelece entre as pessoas, as famílias, (...) e os profissionais" (p.36-37) que com as mesmas trabalham, e crê na capacidade reflexiva e gerenciadora dos sujeitos para (re)criarem e gerirem os seus projetos de vida, em detrimento de um paradigma que entende a família como "um alvo único da intervenção, e o profissional o único recurso possível" (p.37). O Educador Social assume um papel de mediador, impulsionando o fim do conflito através do renascimento ou da renovação de laços. Este profissional deverá ser promotor de relações sociais positivas, "impulsionadoras da atividade, da criatividade, da solidariedade" e da cidadania, fazendo com que o indivíduo transfira isso mesmo para um campo mais íntimo e tenha uma relação positiva consigo próprio e com a sua vida em geral (Carvalho & Baptista, 2004, p.72). Como afirmam os autores (2004, p.93) "são as práticas de relação, de mediação e hospitalidade que permitem transformar o mundo numa casa para todos os seres humanos".

Por fim, parece-nos não ser demais salientar que em todos os momentos de intervenção, o Educador Social não deve desvincular-se do seu papel profissional, pois dele também depende o sucesso do seu trabalho. Pau-

tando-se por comportamentos de respeito, aceitação, empatia, congruência, altruísmo, tolerância, autocontrolo, escuta ativa, humildade, entre outras qualidades pessoais, o profissional consegue penetrar na esfera íntima da família e, através da relação de confiança construída, conjugando a racionalidade com a sensibilidade, caminhar em direção à mudança (Carvalho, & Baptista, 2004).

## Conclusão

A complexidade inerente às diferentes teias familiares e, neste caso, às famílias multidesafiadas, coloca-nos, constantemente, desafios. Equivocamente, a propensão que os profissionais têm de se prenderem às lentes da redução e prescindirem das capacidades e competências das pessoas, especialmente quando a desolação e o descrédito que as próprias famílias depositam em si assumem proporções alarmantes, transforma o processo de intervenção numa lógica que se distancia dos pressupostos da Educação Social. A identificação e o reforço dos fatores positivos juntamente com as famílias, ainda que submersas na obscuridade dos diversos desafios, permite o avanço para uma intervenção orientada para um olhar mais benigno sobre as famílias e assente na participação e corresponsabilização, bem como no comprometimento dos indivíduos.

Repensar as práticas de intervenção familiar torna-se extremamente relevante, pois mergulhar na sua privacidade e no seu sofrimento exige cuidados especiais, estratégias específicas que não globalizem ou unifiquem as ações, simplificando situações e aplicando fórmulas comuns, como se cada caso fosse o mesmo caso. Nesse aspeto, a capacidade auto reflexiva do profissional adquire a sua importância, na medida em que permite avaliar as suas práticas, perceber as suas fragilidades e as suas forças, de modo a, tal como transforma o outro, poder ele próprio transformar-se, amadurecer e otimizar o seu trabalho.

Na expectativa que estas compreensões sobre as realidades complexas dos sistemas familiares multidesafiados constituam um ganho reflexivo para o profissional de Educação Social, este artigo recupera alguns conceitos-chave, marcantes dessa área do saber, nomeadamente o empowerment, a relação de ajuda, a conscientização, a capacitação, a mediação, o trabalho em rede, procurando reconhecer e valorizar algumas ferramentas que favoreçam o desenvolvimento dos sujeitos e dos sistemas.

## Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, M. (2000). (Des) Equilíbrios familiares uma visão sistémica. Coimbra: Quarteto Editora.
- ALTO, S. (2010). Estudo exploratório de alguns factores influenciadores do trabalho com famílias multidesafiadas. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de Lisboa.
- BERTÃO, A., FERREIRA, M., & SANTOS, M. (1999) (Org). Pensar a escola sob os olhares da Psicologia. Porto: Edições Afrontamentos.
- CARIDE, J. (2003). Las identidades de la educación social. Cuadernos de Pedagogia, nº 321, pp.48-51.
- CARVALHO, A., & BAPTISTA, I. (2004). Educação social fundamentos e estratégias. Porto: Porto Editora.
- COSTA, L., & BRANDÃO, S. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: Uma perspectiva integradora. Psicologia & Sociedade. 17(2), 33-40.
- DINIS, C. (2011). Intervenções na parentalidade com famílias multidesafiadas, não voluntárias e em contexto de pobreza. Estudo qualitativo: de como falamos, como falamos e para onde caminhamos?. Tese de mestrado não publicada. Universidade Católica Portuguesa.
- FERREIRA, A. (2011). Educação familiar como forma de intervenção para o empowerment. Tese de Mestrado não publicada. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- FERREIRA, L. (2008). Co-construir o tempo: Avaliação de um curso de formação parental e parentalidade masculina positiva em contexto de risco. Tese de Mestrado não publicada. Universidade de Lisboa.
- FREIRE, P. (1979). Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes.
- LIMA, R. (2003). Desenvolvimento levantado do chão...com os pés assentes na terra – Desenvolvimento Local - Investigação Participativa, Animação Comunitária. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Porto.
- MADSEN, W.C. (2007). Collaborative Helping: A Practice Framework for Family-Centered Services. Family Process, 48, 103-116.
- PIMENTEL, J. (2005). Intervenção focada na família: desejo ou realidade. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- RELVAS, A. (1996). O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica. Porto: Edições Afrontamento.
- RELVAS, A. (2000). O ciclo vital da família – Perspectiva sistémica. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento.
- REIS, F. (2004). Intervenção psicoeducativa nas famílias de esquizofrénicos. Revista Psilogos. 1(1), 19-41.
- SERRÃO, C. (no prelo). Partida, percurso e chegada: reflexões em torno das viagens com famílias. Praxis Educare, Revista da Associação de Profissionais e Técnicos Superiores de Educação Social.
- SLUZKI, C. (1997). A rede social na prática sistémica: Alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- SOUSA, L. (2005). Famílias multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto.
- SUMMERS J., MCMANN, O., & FUGER, K. (1997). Critical Thinking: A Method to Guide Staff in Serving Families with Multiple Challenges. Topics in Early Childhood Special Education, 17(1), 27-52.
- TIMÓTEO, I. (2010). Educação social e relação de ajuda – Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas. Dissertação de Mestrado em Psicologia não publicada. Universidade de Évora.
- VARANDA, A. (2011). Cruzar olhares sobre a intervenção familiar integrada e precoce famílias (s) em risco?. Tese de Mestrado não publicada. Universidade Católica Portuguesa.

Número 3

2016

Semestral

# PRAXIS EDUCARE

Revista da Associação dos Profissionais Técnicos  
Superiores de Educação Social



APTSES

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS  
TÉCNICOS SUPERIORES DE  
EDUCAÇÃO SOCIAL



[www.aptses.pt/praxiseducare](http://www.aptses.pt/praxiseducare)

# FICHA TÉCNICA

## PRAXIS EDUCARE

Número 1/ 2016

Técnicos Superiores de Educação Social: : Desvio Social, Reinserção e Famílias Multidesafiadas

## Coordenação

Fátima Correia  
Sílvia Azevedo

## Conselho Editorial

Ana Camões  
Fátima Correia  
Marta Nicola  
Sílvia Azevedo  
Teresa Barros

## Colaboram nesta edição

Ana Isabel Lopes  
Anita Silva  
Carla Serrão  
Carlos Sánchez Valverde  
Leonor Teixeira  
Liliana Lopes  
Maria Conceição Mendes  
Maria José Núncio  
Mariana Almeida  
Marta Ferreira  
Pâmela Souza  
Paulo Dias  
Sónia Galinha

## Periodicidade

Semestral

## Data da publicação

Janeiro 2016

## Design

Carla Monteiro

## Edição/Propriedade

Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social  
www.aptse.pt  
praxiseducare@aptse.pt

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução dos artigos publicados, desde que indicada a fonte.

CD-ROM ISSN 2183-4830

# SUMÁRIO

## Comunicações do IV Congresso Internacional de Educação Social

Um Motivo para Refletir sobre Conclusões e Reptos para a Educação Social - *Leonor Lemos Teixeira*

Desafios da Intervenção para a Reinserção Social em Contexto Prisional - *Maria José Silveira Núncio*

Inclusão Social de Seniores. A Vida em Post-it - *Sónia Alexandre Galinha*

Problematização dos Processos de Reintegração Social de Toxicodependentes no Âmbito de uma Visão Sistémica das Toxicodependências - *Paulo Coelho Dias*

Problema Social Prostituição - *Maria Conceição Mendes*

La Educación Social como Educación para los Derechos Humanos - *Carlos Sánchez-Valverde Visus*

## Workshops do IV Congresso Internacional de Educação Social

Eu não sei portar-me bem. Técnicas de Educação Não-Formal para a Gestão de Comportamentos Desafiantes - *Anita Silva*

## Artigos

A Educação Social e as Famílias Multidesafiadas. Reflexões sobre um trajeto estimulado - *Mariana Almeida, Marta Ferreira, Pâmela Souza & Carla Serrão*

Famílias Multidesafiadas – O Papel do Educador Social no Desenvolvimento de Competências em Famílias Multidesafiadas do Rendimento Social de Inserção - *Ana Isabel Rodrigues Lopes*

Partida, Percurso e Chegada: Reflexões em torno das Viagens com Famílias - *Carla Serrão*

## Recensão

As políticas educativas para o sector da educação de adultos em Portugal: as novas instituições e processos educativos emergentes entre 1996-2006 - *Liliana Lopes*

## Biblioteca

## Próximo Número